



220  
70

Poder Judiciário  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração no Agravo Regimental na Apelação  
Cível nº 341213-9**

**Embargante:** Luiz Inaldo Amorim Cunha

**Advogado:** Mariana Oliveira de Araújo

**Embargado:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Antonio Figueiredo Guerra Beltrão

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO. LIMITE DE IDADE. NECESSIDADE DE LEI. DECISÃO EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 108/2008. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS TÃO SOMENTE PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO, PORÉM IMPROVIDOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Não é possível identificar na decisão embargada nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios, a teor do art. 535 do CPC. A decisão recorrida enfrentou a matéria posta em debate, com fundamentação suficiente, na medida necessária para o deslinde da controvérsia.

2. Com efeito, ficou devidamente consignado no julgado embargado que, somente mediante lei, pode-se definir limite de idade para ingresso no serviço público, devendo também existir razoabilidade entre a faixa etária fixada e as funções do cargo a ser ocupado pelo candidato, e, na hipótese em apreço, a Lei Complementar Estadual 108, de 14.05.2008, estabelece, em seu art. 28, inciso VII, a idade limite de 28 (vinte e oito) anos para a investidura do candidato no cargo de soldado da PMPE, limitação etária esta que se entende compatível com a desgastante atividade do policial militar.



Poder Judiciário

## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

### SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

3. Assentou-se ainda que, sendo razoável o limite etário, e ficando constatado (fl. 20) que o ora embargante possuía mais de 28 (vinte e oito) anos de idade no período de matrícula para o curso de formação da PMPE – etapa imediatamente anterior ao ingresso na corporação, não sobejam dúvidas quanto ao acerto da decisão administrativa que culminou na sua eliminação do certame.
4. A matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir assunto já decidido.
5. Aclaratórios conhecidos tão somente para fins de prequestionamento da matéria expressa no art. art. 5º, II, V, XXXV e LV, da CF/88, mas improvidos de forma unânime.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes Embargos de Declaração no Agravo Regimental na Apelação Cível nº 341213-9, em sessão realizada no dia 25 de 09 de 2014, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório, voto e demais elementos constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P. e I.  
Recife, 25 de 09 de 2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



229  
10

Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Embargos de Declaração no Agravo Regimental na Apelação  
Cível nº 341213-9**

**Embargante:** Luiz Inaldo Amorim Cunha

**Advogado:** Mariana Oliveira de Araújo

**Embargado:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Antonio Figueiredo Guerra Beltrão

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de Embargos de Declaração opostos em face de acórdão que, no entender dos embargantes, teria incorrido em omissão e contradição ao negar provimento ao Agravo Regimental para manter hígida a decisão terminativa que negou seguimento ao apelo.

Em suas razões, de fls. 209/213, o embargante assevera, em síntese, que sua exclusão do certame violou os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, posto que no momento da inscrição possuía 28 anos, tendo completado 29 anos no decorrer do certame.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes aclaratórios, dando-lhes regular processamento, para sanar os vícios alegados e prequestionar o disposto no art. 5º, II, V, XXXV e LV, da CF/88.

É o relatório.

Recife, 25 de 09 de 2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

**Embargos de Declaração no Agravo Regimental na Apelação  
Cível nº 341213-9**

**Embargante:** Luiz Inaldo Amorim Cunha

**Advogado:** Mariana Oliveira de Araújo

**Embargado:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Antonio Figueiredo Guerra Beltrão

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

É cediço que os Embargos de Declaração, nos moldes do art. 535, I e II, do CPC, constituem recurso cabível para atacar eventuais obscuridades, contradições ou omissões existentes na decisão embargada.

Em regra, não possuem os aclaratórios, caráter substitutivo ou modificativo do julgado fustigado, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor, destarte, pretende-se com tal instrumento recursal, buscar uma declaração judicial que àquele se integre de modo a possibilitar sua melhor inteligência ou interpretação.

Não é possível identificar na decisão embargada nenhum dos vícios ensejadores dos embargos declaratórios, a teor do art. 535 do CPC. A decisão impugnada enfrentou a matéria posta em debate, com fundamentação suficiente, na medida necessária para o deslinde da controvérsia.

Com efeito, ficou devidamente consignado no julgado embargado que, somente mediante lei, pode-se definir limite de idade para ingresso no serviço público, devendo também existir razoabilidade entre a faixa etária fixada e as funções do cargo a ser ocupado pelo candidato, e, na hipótese em apreço, a Lei Complementar Estadual 108, de 14.05.2008, estabelece, em seu art. 28, inciso VII, a idade limite de 28 (vinte e oito) anos para a investidura do candidato no cargo de soldado da PMPE, limitação etária esta que se entende compatível com a desgastante atividade do policial militar.



Poder Judiciário

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Assentou-se ainda que, sendo razoável o limite etário, e ficando constatado (fl. 20) que o ora embargante possuía mais de 28 (vinte e oito) anos de idade no período de matrícula para o curso de formação da PMPE – etapa imediatamente anterior ao ingresso na corporação, não sobejam dúvidas quanto ao acerto da decisão administrativa que culminou na sua eliminação do certame.

Como visto, a matéria posta em debate restou absolutamente enfrentada no aresto embargado, contudo de maneira contrária à parte ora embargante, que trouxe questões alheias às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC, com o nítido propósito de rediscutir assunto já decidido.

Se porventura pretende o embargante modificar o acórdão hostilizado, almejando que lhe seja conferida solução diversa, este poderá se valer de outros instrumentos legais postos à sua disposição, não encontrando amparo o reexame ora postulado, em sede de Embargos de Declaração.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Sodalício, conheço dos presentes aclaratórios tão somente para fins de prequestionamento da matéria expressa no art. art. 5º, II, V, XXXV e LV, da CF/88, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 25 de 08 de 2014

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**